

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 2, Outubro de 2013

Dossiê América Latina

A Ascensão do Populismo Rentista

Sebastián L. Mazzuca

Chavismo após Chávez?

Miriam Kornblith

Populismo Tecnocrático no Equador

Carlos de la Torre

Dossiê Rússia

A Longa Luta pela Liberdade

Leon Aron

Tornando Ilegal a Oposição

Miriam Lansky e Elspeth Suthers

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy em Português* traz dois conjuntos de artigos. Ambos se referem a regimes políticos que conservam aspectos formais da democracia, como a eleição direta das principais autoridades políticas, mas apresentam traços autoritários.

O primeiro conjunto de artigos diz respeito a regimes políticos que, com essas características, surgiram e se firmaram na América Latina, especialmente na América do Sul, ao longo da última década. Os casos mais notórios são conhecidos (Venezuela, Bolívia e Equador), mas há outros (Argentina) com certas características semelhantes àqueles.

Os artigos que compõem o segundo conjunto são relativos à Rússia, ainda um ator decisivo no sistema internacional, que se aprofunda no caminho do autoritarismo, após treze anos de domínio de Vladimir Putin.

O “dossiê América Latina” começa com um artigo do cientista político argentino Sebastián Mazzuca, que procura distinguir os governos de esquerda ditos “radicais” dos governos da esquerda moderada, inspirando-se na obra de seu compatriota Guillermo O’Donnell, reconhecido mundialmente pela contribuição à ciência política. O autor caracteriza os governos da esquerda latino-americana dita “radical” a partir de três tentações (expropriatórias, populistas e absolutistas). Seu objetivo é entender as condições que permitem a realização dessas tentações e a formação de um determinado tipo de regime político.

O artigo de Mazzuca antecipa questões que, de modo mais específico, aparecem nos dois artigos subsequentes: um de Mirian Kornblith, sobre o chavismo sem Chávez na Venezuela; e outro, de Carlos de la Torre, sobre o “populismo tecnocrático” de Rafael Correa, no Equador. Cientista política, Kornblith foi vice-presidente do tribunal eleitoral da Venezuela entre 1998 e 1999.

Da leitura desses dois artigos, sobressaem as diferenças entre duas variantes dos governos ditos “bolivarianos”. O diagnóstico apresentado sobre o governo de Rafael Correa revela um populismo hiperpresidencialista de tipo tecnocrático, distinto do populismo também hiperpresidencialista, mas mobilizador, característico do chavismo. Em contraste com o falecido presidente da Venezuela, o mandatário equatoriano, embora um líder carismático como Chávez, não busca mobilizar ativamente setores da sociedade em apoio a seu governo, a não ser em períodos eleitores. Ao contrário, Correa se coloca como uma liderança acima da sociedade e não poupa esforços em mantê-la em estado de acuada passividade. Não se trata de um governo de militantes, mas de um governo de tecnocratas comandados por uma liderança civil que reúne, ele sim, a vontade e o conhecimento para servir aos “interesses do povo”. Além da caracterização do regime político, tanto Kornblith como De la Torre estão interessados em avaliar os desafios à sua continuidade ante a questão sucessória. Na Venezuela, com a morte de Chávez, essa questão já está posta. Kornblith constrói quatro cenários possíveis para o drama venezuelano, desde a ditadura aberta até a transição pacífica para uma democracia. No Equador, Correa tem mandato até 2017 e diz que não postulará novamente a presidência. Dá apoio, no entanto, a uma emenda constitucional que, se aprovada, permitirá a reeleição indefinida de todos os mandatários do país. De la Torre observa que o estilo tecnocrático e desmobilizador de Correa cria um risco para a continuidade do regime na ausência política de seu líder.

Em seus artigos sobre a Rússia, Leon Aron, de um lado, e Miriam Lansky e Elspeth Suthers, de outro, põem em foco os movimentos por direitos civis e políticos que tomaram as ruas de Moscou e São Petersburgo e, em menor escala, de uma centena de outras cidades russas entre os meses finais de 2011 e os meses iniciais de 2012. Além de informação sobre a composição social e as motivações políticas desses movimentos, os artigos analisam as respostas do governo de Vladimir

Putin à onda de protestos e os desafios que se colocam para a oposição russa frente ao refluxo dos protestos e o caráter cada vez mais autocrático do regime de Putin. A avaliação comum é de que, embora aparentemente submersos no momento, os movimentos de contestação ao regime de Putin abriram fissuras difíceis de ser reparadas pelo governo, inclusive dentro do bloco de forças dominante. Lansky e Suthers argumentam, por exemplo, que a demissão seletiva de alguns políticos e funcionários poderosos, acusados de corrupção, intranquilizam a elite que viceja sob a proteção do Kremlin. Resta, porém, o imenso desafio de dar expressão mais organizada a uma oposição política e a uma oposição social fragmentadas, frente a um Estado que reconstruiu sua capacidade de coerção e seu domínio sobre os recursos de poder político e econômico.

Desnecessário dizer que as opiniões expressas nos artigos refletem exclusivamente o ponto de vista de seus autores.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê América Latina

CHAVISMO APÓS CHÁVEZ?*

Miriam Kornblith

Miriam Kornblith é diretora para a América Latina e Caribe do National Endowment for Democracy em Washington, D.C. Lecionou política na Universidade Central da Venezuela e, entre 1998 e 1999, foi membro do conselho e vice-presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela.

Quando a “terceira onda” de democratização atingiu a América Latina no final dos anos 1970 e começo dos 1980, a Venezuela era um dos três únicos países da região (Colômbia e Costa Rica eram os outros) que já podiam ser considerados uma democracia. Apesar de gozar de certa estabilidade desde 1958, quando foi firmado o Pacto de Punto Fijo — um pacto responsável pelo estabelecimento de um sistema bipartidário —, o regime venezuelano passou por várias crises nas décadas de 1980 e 1990, que culminaram na eleição de um antigo oficial do exército e golpista condenado, Hugo Chávez, em dezembro de 1998. A ascensão de Chávez ao poder, pela força da promessa de “refundar a república” e instalar uma democracia participativa — que posteriormente chamaria de “socialismo do século XXI” e, depois, de “estado comunal” —, transformou radicalmente a política e as instituições do país.

Ao mesmo tempo, Chávez transformou o papel de seu país no cenário regional e internacional, fazendo da potência petrolífera Vene-

*Publicado originalmente como “The Rise of Rentier Populism”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 3, Julho de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

zuela uma das forças da “terceira onda”. Mais uma vez, a Venezuela está nadando contra a corrente, dessa vez, não por ser uma das poucas democracias em uma região autoritária, mas por flertar com o autoritarismo e o socialismo (e liderar uma espécie de tendência em direção a eles) dentro de um mundo latino-americano mais amplo que tem trilhado um caminho em direção à democracia, centrismo político e economia de mercado.

Após a eleição de Chávez à presidência, onde permaneceu de 1999 até sua morte em decorrência de um câncer em março de 2013, a Venezuela passou de uma democracia representativa (1958-1998), ainda que falha, para um regime de “autoritarismo eleitoral” ou “autoritarismo competitivo”.¹ O modelo “híbrido” que caracteriza a política venezuelana também pode ser visto em outras esferas. O sistema econômico combina capitalismo de Estado com uma economia de mercado, enquanto o quadro institucional do chavismo mistura princípios de democracia liberal com aqueles de um “Estado comunal”. Bebendo de uma série de tradições ideológicas — desde o Marxismo e o socialismo, passando pelos ensinamentos sociais católicos, a Terceira Via, o positivismo latino-americano, até o bolivarianismo —, o modelo combina diversos construtos, ao mesmo tempo em que soma suas contradições.²

Esse modelo se apoia em muitos pilares, dentre eles o desenvolvimento de sua própria estrutura institucional, estabelecida na Constituição de 1999, construída por Chávez, e as leis que a acompanharam; a disponibilidade de amplas receitas do petróleo controlado pelo Estado; a estatização e outras formas de intervenção estatal na economia; redes clientelistas ligadas ao Estado e seus governantes;³ uma visão da democracia restrita à regra majoritária e polarizadora, que rejeita a política partidária em favor de uma dicotomia amigo-inimigo e favorece repetidas idas às urnas; o estrangulamento de direitos e liberdades básicas; a erosão de princípios democráticos chaves, como a separação entre poderes; a intromissão militar na vida civil; e uma mudança no perfil das relações internacionais, caracterizada por uma aproximação

com Cuba. Talvez o mais importante de tudo, entretanto, seja o fato de que o modelo se apoia — ou se apoiava — no estilo carismático de liderança de Hugo Chávez, e no grau em que o poder era personalizado e corporificado por ele.

Pode o modelo chavista sobreviver à morte do homem forte do qual deriva seu nome? Aparentemente, o modelo começou a ruir com uma velocidade surpreendente desde sua morte. Na eleição presidencial especial de 14 de abril de 2013, o sucessor escolhido por Chávez, Nicolás Maduro, venceu o candidato da oposição, Henrique Capriles, por pequena e contestada margem de apenas 1,49 ponto percentual. (Em outubro do ano anterior, um Chávez doente havia vencido sua última eleição presidencial contra Capriles por 55% a 44%.) Enquanto as acusações de fraude eleitoral circulavam, a oposição contestou o resultado da eleição junto às autoridades nacionais relevantes. Quando o presente artigo estava sendo escrito, no começo de junho de 2013, a controvérsia permanecia sem solução.

Deixando de lado algumas das idiossincrasias da saga venezuelana, uma análise do regime chavista e dos desenvolvimentos que o afetaram após a morte de Chávez pode nos sugerir não apenas qual o destino do regime, mas também nos oferecer *insights* a respeito das dinâmicas e tensões inerentes a regimes autoritários competitivos em geral. Essa discussão coloca a seguinte questão: qual é a influência relativa de fatores estruturais, em oposição a fatores políticos, para a consolidação ou mudança desse modelo? Quais são as chances de que o chavismo, e o modelo político dos últimos catorze anos, sobreviva, agora que Chávez se foi? O que o caso venezuelano tem a dizer sobre o entrenchamento — ou a reforma — de regimes autoritários eleitorais?

Eleições e Democracia na Venezuela

Os sistemas políticos híbridos que começaram a proliferar com o fim da Guerra Fria tinham características tanto democráticas quanto autoritárias em variadas proporções e combinações. Exemplos de tais sis-

temas na América Latina incluíam o México (1917-2000), a Nicarágua (1983-1990) e a República Dominicana (1986-1996); e, mais recentemente, as presidências de Alberto Fujimori no Peru (1990-2000) e Chávez na Venezuela. Os governos de Evo Morales na Bolívia desde 2006, de Rafael Correa no Equador desde 2007, e de Daniel Ortega na Nicarágua desde 2007 são exemplos contemporâneos desse modelo híbrido.

Esses sistemas compartilham dinâmicas políticas similares. Por exemplo, apesar de as autoridades públicas serem escolhidas por meio de eleições, os processos eleitorais são tão fortemente enviesados a favor do partido no poder que sua derrota nas urnas se torna virtualmente impossível. As eleições — e a política em geral — acontecem em um quadro de instituições favoráveis ao mandatário. A vantagem intrínseca dada àqueles no poder, bem como a desvantagem sistemática imposta a seus rivais, é sustentada pela alocação grosseiramente desequilibrada de recursos públicos, pelo controle sobre a imprensa e pelo uso discricionário de instrumentos legais.⁴ Kenneth F. Greene chama isso de “vantagem do hipermandatário”.⁵

Ao mesmo tempo, esses sistemas podem diferir entre si em outros aspectos importantes. Eles podem se inclinar em direção ao capitalismo, como o Peru de Fujimori e a Rússia de Vladimir Putin, ou ao socialismo, como a Venezuela chavista. Apesar de a Venezuela se encaixar no molde geral de autoritarismo competitivo ou eleitoral, ela possui outras características singulares: um poderoso petro-Estado, uma ideologia socialista inspirada em Cuba, uma forma altamente personalizada de governança, e uma presença militar proeminente. Tudo isso coexiste com uma cultura política democrática que foi cultivada por quatro décadas de vida sob um sistema representativo bipartidário, cujos hábitos permanecem profundamente arraigados.

Uma das coisas mais significativas a se notar sobre a Venezuela é que lá o recuo da democracia foi acompanhado e sustentado pelas urnas — Chávez chegou ao poder via eleições competitivas, livres e justas em 1998 e, desde então, eleições têm sido frequentes. De 1999 a

2013, a Venezuela teve quatro eleições presidenciais, quatro regionais, três legislativas, e duas municipais, além de seis referendos nacionais e uma eleição para membros da assembleia constituinte. As três mais recentes nessa longa lista foram a eleição presidencial de 7 de outubro de 2012, quando um Chávez com uma doença terminal foi reeleito para um mandato de seis anos; as eleições para governador e membros do legislativo estadual em 16 de dezembro de 2012, que deu à coalizão governista de Chávez uma vitória em 20 dos 23 estados do país; e a eleição especial de 14 de abril de 2013 para suceder a Chávez.

Cada um desses processos eleitorais foi marcado por disputas devido ao questionamento sobre a ocorrência, ou não, de eleições livres, justas e competitivas. As eleições de fato se tornaram mais competitivas ao longo da gestão Chávez — ao mesmo tempo em que se tornaram menos livres e justas. A oposição participou de todo processo eleitoral com exceção das eleições legislativas de 2005. Oposicionistas optaram por boicotar aquela eleição apenas uma semana antes da data do pleito, temendo que a contagem dos votos fosse fraudulenta. As únicas exceções foram o referendo de dezembro de 2007 sobre mudanças constitucionais (Chávez era a favor das mudanças, que perderam por uma pequena margem) e a de setembro de 2010, para a Assembleia Nacional, a instituição legislativa federal unicameral de 165 cadeiras (o partido governista perdeu 41 cadeiras, e viu sua maioria ser reduzida).

As datas dessas disputas são significativas: desde 2007, a oposição ganhou espaço. Em dezembro de 1998, Chávez ganhou sua primeira eleição presidencial por uma margem de mais de 16 pontos percentuais, que aumentou para mais de 22 pontos dois anos mais tarde, na primeira eleição realizada sob a constituição de 1999. Em 2006, ele arrastou seu oponente por uma margem de 26 pontos percentuais. Aquele foi seu ápice. Em 2012, sob a sombra lançada por um câncer cuja presença ele havia anunciado em junho de 2011, e cuja natureza exata nunca havia sido oficialmente revelada, Chávez derrotou Henrique Capriles, o

governador de Miranda (um estado próximo à capital Caracas), por pouco menos de 11 pontos percentuais. Com a morte de Chávez, o voto chavista entrou em colapso de tal forma que Maduro quase não conseguiu vencer Capriles, episódio que foi cercado de inúmeras acusações de que o governo havia trapaceado.

Essa combinação de processos eleitorais injustos — mandatários contam com instituições, imprensa, recursos estatais e financiamento a seu próprio favor — com um crescente apoio para a oposição é um dos aspectos mais interessantes da política venezuelana contemporânea.

Mais Eleições, Menos Democracia?

Apesar de parecer existir uma correlação direta e clara entre eleições e consolidação democrática, esta relação pode ser mais complicada em um sistema autoritário eleitoral ou em uma democracia de baixa qualidade. A despeito de alegações otimistas de que quanto mais eleições acontecem em um país em transição, mais democrático ele se torna,⁶ as dinâmicas políticas e institucionais de regimes autoritários eleitorais — e o caso venezuelano em particular — sugere que essa correlação está longe de ser automática. E se mais eleições fizessem com que o sistema fosse *menos* democrático? Alguns analistas chegaram à conclusão de que, como regra, repetidas eleições não melhoram a qualidade da democracia na América Latina.⁷

A relação entre democracia e eleições se dá em pelo menos duas esferas. A primeira é a esfera puramente eleitoral, na qual a frequência de processos eleitorais pode contribuir para a realização de disputas cada vez mais livres, justas e competitivas. A segunda é a capacidade que as eleições têm de expandir e aprofundar os direitos civis e políticos e, geralmente, fortalecer instituições e o Estado de Direito. Nas duas esferas, as inúmeras eleições da Venezuela ao longo da última década e meia não fortaleceram os direitos humanos, civis e políticos ou o Estado de Direito de maneira geral, nem produziram melhorias na qualidade democrática dos processos eleitorais do país.⁸

O Estado de Direito na Venezuela se deteriorou marcadamente ao longo do governo de Chávez, e continuou a fazê-lo durante os primeiros meses da administração Maduro. A separação entre os poderes; os direitos humanos, civis e políticos; as liberdades de expressão e de associação; a independência do Judiciário: todos sofreram. Inúmeros relatórios nacionais, regionais e internacionais documentaram os danos.⁹

A Freedom House (FH) relata que o Estado de Direito tem perdido terreno na Venezuela. O país caiu da lista de “democracias eleitorais” da FH, em sua abrangente pesquisa anual “Freedom in the World” [Liberdade no mundo], referente ao ano de 2009. Isso se deu após o impedimento, politicamente motivado, de mais de 300 candidatos — a maioria dos quais da oposição — de concorrerem a cargos eletivos. Desde essa queda de colocação, a Venezuela não mais voltou à lista das democracias eleitorais. Antes dessa avaliação, a FH havia apontado para a falta de equidade no processo eleitoral, as condições adversas impostas à oposição, e os danos à separação de poderes ocasionados pelos esforços de Chávez de concentrar cada vez mais poder em suas mãos.

Após a ascensão de Chávez à presidência, as notas da FH à Venezuela para direitos políticos e liberdades civis pioraram. Essas notas vão de 1 a 7, com a primeira significando “mais livre”. Do período compreendendo de 1998 a 2012 (ano mais recente coberto pela FH), a nota média da FH à Venezuela piorou de 2,5 para 5, denotando grande declínio na liberdade.

Desde 2002, a consultoria Polilat e a fundação alemã Konrad Adenauer medem o desenvolvimento democrático em 18 dos 19 países latino-americanos usando o “Índice de Desarrollo Democrático de América Latina” [Índice de desenvolvimento democrático da América Latina], que cobre direitos políticos e liberdades civis, qualidade institucional e eficiência política, e a capacidade de governos de produzir resultados positivos. Desde o início, a nota do desenvolvimento democrático da Venezuela tem sido abaixo da média regional. A Venezuela

foi colocada na categoria de países marcados por um “mínimo de desenvolvimento”, onde a democracia está quase em risco. Em 2012, a Venezuela recebeu a menor nota de todos os países da região (2.418), enquanto a Costa Rica obteve a maior (10.000).¹⁰

Em 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou seu primeiro relatório detalhado sobre a situação de deterioração dos direitos na Venezuela. Desde 2007, cada relatório anual da CIDH incluiu uma densa seção sobre as deficiências e retrocessos da Venezuela na área de proteção de direitos. Até 2011, Colômbia, Cuba, Haiti e Honduras também estavam incluídos naquele capítulo, e Cuba e Honduras figuraram junto com a Venezuela no relatório de 2012. Os relatórios da CIDH oferecem uma análise detalhada de assuntos como: 1) a falta de independência do Judiciário; 2) os limites à liberdade de expressão e de imprensa, incluindo ataques físicos a jornalistas e obstáculos para acessar informação pública e relatar eventos de interesse público; 3) severa insegurança dos cidadãos, o bastante para infringir seu direito à vida; 4) o uso dos militares para executar funções de policiamento civil; 5) agressões aos direitos políticos de eleitores, candidatos e representantes eleitos da oposição; 6) maus tratos a presidiários; 7) ameaças contra defensores dos direitos humanos; 8) encarceramento, espancamento e assassinato de líderes sindicais; e 9) violação dos direitos humanos dos povos indígenas.¹¹

O governo venezuelano consistentemente se recusa a permitir que a CIDH visite o país para acompanhar as recomendações de sua última missão, em 2002. Em setembro de 2012, o governo condenou a Convenção Americana de Direitos Humanos e confirmou a retirada da Venezuela da CIDH, repudiando, desse modo, qualquer obrigação de cumprimento de decisões e recomendações feitas por esse organismo de direitos humanos.

Apesar de algumas dessas deficiências remontarem a governos anteriores, elas se tornaram cada vez mais sérias desde 1999, criando

uma vulnerabilidade generalizada entre os cidadãos, e levando a violações explícitas dos direitos de indivíduos e das organizações com ligações com a oposição ou meramente um histórico de críticas ao governo.

Os direitos eleitorais não foram poupados. Desde 1999, a Venezuela realizou 17 eventos eleitorais. Ainda assim, no meio de polarização e exclusão, essa proliferação de eleições carregou consigo flagrantes violações de direitos. Exemplos proeminentes incluem listas negras como a “Lista Tascón”, que continha os nomes de 3,4 milhões de eleitores que haviam assinado uma petição para revogar o mandato de Chávez em 2004. Muitos signatários continuam a ser alvos da discriminação do governo. Desde a eleição especial de abril de 2013, a oposição coletou cerca de cinco mil reclamações de trabalhadores do setor público que perderam seus empregos, viram suas condições de trabalho se deteriorar, ou tiveram serviços ou bens públicos recusados a eles depois de terem sido identificados como eleitores de Capriles.¹²

A Venezuela possui um sistema de votação totalmente automatizado. O grau de confiabilidade nos resultados das eleições aumentou desde a implantação desse novo sistema em 2004, durante o referendo revogatório presidencial. Apesar dessa melhoria técnica, entretanto, o ambiente institucional e político em torno das eleições foi degradado. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) é compreendido por cinco diretores, quatro dos quais são chavistas; candidatos do governo possuem acesso completo aos recursos públicos fiscais, de imprensa e institucionais, usando-os antes, durante e depois do dia do pleito; o CNE baniu missões de observadores internacionais, e permite apenas “missões de acompanhamento” não profissionais; massivos programas sociais são lançados durante as campanhas eleitorais, e eleitores são ameaçados com perda de benefícios caso votem contra os candidatos do governo; recursos públicos são usados por mandatários para mobilizar e intimidar eleitores, entre outros problemas.¹³ A falta de um cenário equilibrado — além de relatos detalhados sobre inúmeras irre-

gularidades que aconteceram antes, durante e depois da eleições especial de abril de 2013 — tendem a apoiar a alegação da oposição de que a estreita margem de vitória de Maduro foi, na verdade, ilegítima.¹⁴

Em resumo, tanto a qualidade das eleições quanto a qualidade geral da democracia declinaram na Venezuela desde 1999. Ainda que degradadas, entretanto, as eleições permanecem o veículo legítimo mais importante pelo meio do qual os cidadãos podem participar da política, cargos chave podem ser preenchidos, interesses podem ser agregados, e conflitos sociopolíticos podem ser mantidos dentro de limites não violentos. Apesar de tudo o que foi feito para interrompê-la, a oposição foi bem sucedida no uso das eleições para expandir sua influência, e estabeleceu a urna como um caminho legítimo para o poder.

Mais Competição, Menos Pluralismo?

Como a oposição conseguiu ganhos tão impressionantes sob condições tão adversas? E que diferença isso fez? A resposta à primeira questão se encontra no sucesso da oposição em conseguir altos níveis de coordenação tática e estratégica entre indivíduos, partidos e grupos da sociedade civil pró-democracia. Depois de avaliar criticamente o boicote de 2005, a oposição tomou a decisão consciente de abraçar o caminho eleitoral. Assim, um único candidato (Manuel Rosales) disputou contra Chávez em 2006. Chávez venceu a disputa com impressionantes 67% a 37%, mas, apenas um ano mais tarde, a oposição unificada — incluindo grupos de estudantes e de jovens — foi bem sucedida nas urnas, quando eleitores rejeitaram por estreita margem as mudanças constitucionais propostas por Chávez, em um cenário onde houve muitas abstenções. Em 2008, houve um candidato da oposição unida em cerca de 80% das disputas para governador, legislativo estadual e prefeito por toda a Venezuela. Em 2009, a oposição concorreu novamente para apresentar uma frente comum contra uma emenda constitucional apoiada por Chávez que previa a eliminação de limites de mandato, mas, desta vez perdeu por 55% a 45%.

Desde sua fundação em 2008, a Mesa de Unidade Democrática (MUD) foi o quadro formal no qual aproximadamente 20 partidos, de diversas ideologias, deliberaram sobre estratégias e táticas, e conceberam uma mensagem comum.¹⁵ A MUD idealizou uma série de procedimentos para a seleção democrática de candidatos que, em 2010, produziu uma lista de candidatos da oposição unificada em mais de 90% dos distritos eleitorais. No começo de 2012, a MUD usou as primárias abertas — mais de três milhões de pessoas votaram nelas — para selecionar seu candidato presidencial, bem como alguns de seus candidatos regionais e municipais. Capriles fez campanha com a plataforma da MUD em outubro de 2012, e desfrutou do apoio da MUD na eleição especial seis meses mais tarde.

Ironicamente, foi o ambiente difícil e as regras do jogo criadas por Chávez que estimularam seus oponentes a se unirem. Ainda que a constituição de 1999 consagrasse um sistema eleitoral misto, mudanças *ad hoc* tornaram-na um sistema majoritário com duas grandes coalizões, a MUD e Grande Polo Patriótico, dos chavistas.¹⁶ O acesso reduzido aos fundos, cobertura de imprensa e apoio institucional que Chávez impôs à oposição estimulou-a a se tornar mais ágil e inteligente.

Quanta diferença todos esses esforços da oposição fizeram em termos de cargos ganhos e políticas adotadas? A resposta é “não muito”, ou ao menos não tanto quanto se esperava, dado o crescente peso eleitoral da oposição. De forma típica aos regimes autoritários competitivos, as forças dominantes na Venezuela ergueram barreiras que reduziram o impacto político da oposição. O comparecimento maciço nas eleições não necessariamente desencadeou novas correlações de poder ou mudanças significativas em políticas públicas.

Chávez pode ter perdido o referendo de 2007, por exemplo, mas ele conseguiu alcançar seu objetivo, no momento em que a Assembleia Nacional aprovou quase quatro quintos de suas mudanças constitucionais preferidas como legislação, incluindo provisões para consa-

grar um Estado socialista e comunal.¹⁷ Quando a oposição foi bem nas eleições locais e estaduais de 2008, vencendo um número importante de governos estaduais e prefeituras, incluindo a de Caracas, Chávez reagiu virando o tabuleiro e reescrevendo as regras do jogo. Ele impôs a gestão centralizada de portos, aeroportos, estradas e hospitais, tirou competências importantes dos governadores, e colocou até mesmo uma autoridade especial acima da prefeitura de Caracas.¹⁸ A intenção em cada um dos casos era clara: negar aos representantes eleitos da oposição a habilidade de conduzir uma governança efetiva e atender às expectativas dos eleitores.

Quando a oposição venceu cerca de 52% dos votos nas eleições para a Assembleia Nacional de outubro de 2010, o governo tanto se protegeu em barreiras existentes quanto se moveu para retirar desse acontecimento qualquer significância. A lei eleitoral de 2009 impôs um “bônus reverso” à oposição, deixando-a com apenas 40% dos assentos, apesar de ela ter obtido mais da metade dos votos. Ademais, a legislatura que terminava (eleita em 2005, quando a oposição fez boicote) usou o intervalo antes de a nova legislatura assumir, em janeiro de 2011, para aprovar 27 leis, além de uma lei especial, que deu ao presidente poderes para legislar em uma série de temas por 18 meses. Outra medida encurtou as sessões da Assembleia, barrou a imprensa independente de ter acesso a elas, e reduziu a relevância do poder Legislativo como um todo. Como consequência, a influência legislativa da oposição foi severamente prejudicada, e sua presença na Assembleia Nacional não foi capaz de produzir um processo legislativo mais pluralista.

O que Vem Depois?

Quais serão os próximos desdobramentos agora que Hugo Chávez não está mais por aqui? No momento, os principais fatos à mesa são o crescimento da força política e eleitoral da oposição, e a capacidade fiscal e gerencial minguante do governo. Uma das principais fraquezas é a aparente falta de uma liderança forte o bastante para manter a am-

pla coalizão chavista unida, a despeito de suas significativas tensões internas. Elas têm aumentado, apesar de ainda não (no momento da escrita desse artigo, no começo de junho de 2013) ter levado a divisões formais ou confrontações abertas dentro do regime.¹⁹ Os chavistas têm incentivos, forças e raízes na Venezuela suficientes para aspirar a continuar participando da vida política.²⁰ A questão chave é se seu caminho para o envolvimento será democrático ou autoritário.

Alguns possíveis caminhos são descritos abaixo. Apesar de apresentá-los como cenários distintos, acrescentaria que há uma grande possibilidade de que o caminho de fato tomado pela Venezuela combine elementos contidos em vários deles. Dito isto, as possibilidades podem ser descritas como segue:

1) Repressão e ditadura aberta ou dissimulada. Com a legitimidade questionada já em suas origens, a administração Maduro começa mal, o que dificulta sua habilidade de governar. Uma fonte adicional de tensão e instabilidade é a necessidade premente de tratar do estado terrível da economia e da administração pública herdada de Chávez. Na medida em que a ordem existente deixa de prover bens e serviços básicos — em maio de 2013, houve escassez de itens tão básicos quanto papel higiênico, leite e café e, em junho, a inflação acumulada já havia alcançado 20% —, o governo se vê diante de protestos generalizados, em muitos casos encabeçados por setores próximos ao regime.²¹

As autoridades podem reagir a essa miríade de desafios com repressão aberta, inspirada talvez no modelo cubano. O relacionamento próximo entre os governos de Cuba e Venezuela ao longo dos últimos 14 anos — e fortalecido durante o tempo em que Chávez esteve doente — continuou nos primeiros meses da nova administração. De fato, Nicolás Maduro é conhecido pela sua longa admiração pelos Castro, e seus laços com Cuba datam de antes da ascensão de Chávez ao poder.

A coalizão governista, entretanto, também inclui elementos civis, militares e políticos importantes que não se identificam com o modelo

cubano especificamente, ou com qualquer outra solução abertamente ditatorial. O público venezuelano não vê o autoritarismo, e muito menos a ditadura, como um modelo aceitável. Para impor um sistema ditatorial —instalando uma junta civil-militar que suspendesse os direitos civis e políticos e banisse a oposição, por exemplo —, o governo teria que empregar táticas extremamente repressivas, e enfrentaria a resistência poderosa não apenas do público geral e da oposição organizada, mas também de dentro de sua própria coalizão e quadros militares.

Além disso, a região latino-americana e a comunidade internacional repudiariam tal manobra. As mesmas reações adversas seriam despertadas por *qualquer* forma de golpe ou tomada ditatorial, quer viesse na forma de uma tentativa de Maduro de simular um autogolpe, um pouco à maneira de Alberto Fujimori; de um golpe anti-Maduro lançado por elementos descontentes da coalizão governista; ou de um golpe antigoverno originado pelas forças da oposição; ou de alguma combinação desses acima.

Um veredito parcial contra o cenário de radicalização repressiva veio no final de abril de 2013. O presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, recusou-se a permitir que legisladores da oposição tomassem parte em debates, e permitiu a agressão física e violenta contra eles, deixando vários com ferimentos graves. Cabello alegou que se os deputados da oposição relutavam em reconhecer Maduro como legítimo presidente, ele, por sua vez, relutava em reconhecê-los como legítimos legisladores. Isso pareceu uma tentativa de eliminar a oposição do poder Legislativo. Esse comportamento perturbador na Assembleia Nacional gerou uma forte condenação doméstica, regional e internacional — não apenas de críticos do governo venezuelano, mas também de alguns de seus aliados. Além de atrair a censura internacional, essas ações deram à oposição uma oportunidade, de grande visibilidade, de condenar as tendências autoritárias do governo.

No entanto, nem os governos democráticos do Ocidente, os órgãos regionais aqui formados, nem os instrumentos (como a Carta Democrática Interamericana ou a CIDH) que esses órgãos produziram se mostraram efetivos para conter as tendências autoritárias do modelo chavista. O próprio Chávez andou no limite do que a CIDH, adotada pela Organização dos Estados Americanos em 2001, define como interrupção da ordem democrática. Ele distorceu o aparato democrático institucional e político da Venezuela ao ponto de alteração, algo que a Carta igualmente condena, sem receber muita coisa em resposta. No entanto, uma ostensiva interrupção provavelmente causaria uma reação regional e internacional mais enérgica, como aconteceu em abril de 2002 durante o curto golpe contra Chávez e, novamente, onze anos mais tarde, depois dos recentes ataques violentos aos legisladores da oposição.

Ainda assim, o governo poderia optar — e, de fato, ele já optou — por incrementar suas ações repressivas. Desde a eleição de abril de 2013 e os protestos que a seguiram, autoridades chavistas desencadearam uma poderosa onda de repressão e difamação sistemática contra a oposição. Confrontado com a adversidade, o governo reagiu dando rédeas livres aos seus instintos autoritários. A possibilidade de que ele possa aumentar o uso de repressão seletiva para suprimir dissidência e protesto social não pode ser descartada.

Se essa estratégia de intimidação preventiva falhar e uma agitação das massas irromper, quão longe as forças armadas venezuelanas estão dispostas a ir para reprimir uma população descontente? Durante o golpe de abril de 2002 contra Chávez, a maioria dos oficiais se recusou a obedecer as ordens do presidente para usar força contra manifestantes antirregime que organizaram imensos protestos em Caracas. Depois de mais de uma década de doutrinação e cubanização, ainda não é claro se os militares novamente ignorariam tal ordem presidencial.²² Será que a perspectiva de uma condenação internacional, mesmo dos próprios aliados do governo, conteria a reação dos militares? O papel

dos militares mudou dramaticamente sob o governo chavista. Chávez levou a cabo esforços especiais para incorporar as forças armadas em seu modelo político, com uma visão de fazê-los apoiadores leais de seu governo pessoal e da “revolução bolivariana”. Agora, uma vez que Chávez não é mais o presidente, não é claro para onde irá sua lealdade, e se eles estão dispostos a apoiar uma empreitada ditatorial explícita.

2) Recuperação da democracia e expansão do pluralismo. A coalizão chavista enfrenta o importante desafio de reconstruir sua liderança a partir de dentro, e apresentar uma frente unida tanto para os venezuelanos quanto para o mundo. Maduro precisará compensar a falta de prestígio e influência construindo uma liderança colegiada com outros chavistas importantes, como Cabello e Rafael Ramírez, o presidente da PDVSA, a companhia estatal de petróleo da Venezuela. Para acomodar as diferentes facções internas e interesses face ao crescimento das pressões internas e internacionais, a coalizão governista terá que moderar suas práticas e retórica exclusivas, redefinir traços relevantes de seu modelo econômico, e melhorar seu respeito pelos direitos. Permanece uma incógnita se o instinto autoritário prevalecerá sobre o pragmatismo que às vezes move os chavistas.

Enquanto as forças do chavismo estão interessadas em identificar formas de construção de alianças que permitam à coalizão sua permanência no poder, a oposição busca maneiras de desenvolver pactos de governabilidade que permitam uma coexistência mais pluralista e democrática dos dois lados. As eleições municipais estão marcadas para 8 de dezembro de 2013. A oposição provavelmente se sairá bem. A próxima eleição depois disso — a eleição de 2015 para a Assembleia Nacional — deve assistir à expansão da participação da oposição na Assembleia Nacional.

O crescimento das forças da oposição pode ter um efeito gradualmente moderador em instituições atualmente controladas pelos chavistas, favorecendo, desse modo, um maior pluralismo e uma distribuição menos desigual do poder. Um sistema bipartidário poderia se

estabilizar em torno das duas coalizões principais, a MUD e o Grande Polo Patriótico, assumindo que eles retenham a maior parte dos eleitores. O avanço da oposição em face de um governo mais fraco e com apoio popular minguante pode induzir um tipo de “descongelamento”, no qual a máquina do governo se torna menos distraída pelo partidarismo e politização e, portanto, mais voltada para as tarefas mais básicas.

Esse processo seria incremental, não abrupto. As dinâmicas políticas e institucionais da moderação deixariam os extremismos nacionais de cada um dos blocos se sentindo sufocados, o que propiciaria o rompimento e a formação de partidos próprios. Como nos casos espanhol ou chileno, pactos podem ser estabelecidos para se mover na direção da pronta recuperação da democracia e do pluralismo. Deve-se notar, entretanto, que o caso venezuelano difere daqueles pelo fato de que a Venezuela não enveredou para um regime completamente ditatorial, e é governado por uma coalizão ideologicamente de esquerda, enquanto tanto o regime da Espanha de Franco quanto do Chile de Pinochet eram direitistas. Um amálgama de acordos poderia gradualmente despolarizar a arena política e pluralizar as instituições e os processos de formulação de políticas. De acordo com Ramón Guillermo Avelledo, o presidente da MUD, o objetivo da alternativa democrática na Venezuela, como aquela de seus precursores Espanha e Chile, é “desarticular a forma autoritária de legalidade, sem romper com a legalidade”.²³

O principal obstáculo a esse cenário é a tendência de insuflar o debate usando uma retórica polarizadora, introduzida por Chávez e com a qual inundou a esfera pública por catorze longos anos, além da concepção hegemônica e exclusiva de política e poder que a liderança chavista favorece. Ainda assim, mesmo isso pode ser superado: há casos na América Latina, e fora dela, de sociedades muito mais traumatizadas que a Venezuela, e que, ainda assim, encontraram meios para firmar compromissos e normalizar a vida política apesar dos conflitos.

Além do Chile, a Argentina e o Brasil também passaram por ditaduras militares em um passado não muito distante. El Salvador e Honduras sofreram por décadas uma sangrenta guerra interna. A África do Sul teve que lidar com o *apartheid* racial e seu terrível legado. Antes do Pacto de Punto Fijo, a própria Venezuela sobreviveu a uma primeira e malsucedida tentativa de democracia (1945-1948), seguida de uma década de ditadura sob o general Marcos Pérez Jiménez.

Sob o comando chavista, a Venezuela não passou por uma ditadura aberta ou conflitos armados internos, nem foi afetada pela segregação racial ou de outro tipo. Não obstante, houve graves rompantes de violência, intolerância e exclusão — e não apenas no nível da retórica. O exemplo da Cuba de Fidel Castro e sua ditadura de meio século é pernicioso. Revolucionários radicais desconfiam de eleições e regras pluralistas devido à sua inerente incerteza. Como um proeminente chavista disse a um oficial da inteligência cubana em um diálogo hoje famoso, Fidel Castro “me disse que ele não entendia por que o comandante Chávez nunca acabou com as eleições burguesas. Porque o povo comete erros, e eu concordo absolutamente — concordo absoluta e totalmente”.²⁴

O exemplo do regime de longa duração de Castro em Cuba toma os membros da coalizão governista da Venezuela de expectativas de desfrutar de um controle do poder similarmente duradouro e hegemônico, e de implantar de forma permanente o “socialismo bolivariano”. Tais expectativas jogam contra esforços de normalizar e pluralizar a vida política. Portanto, enquanto o caso venezuelano não exhibe os extremos vistos em outras nações, ainda assim devemos esperar ver pelo menos uma porção considerável da elite dominante opondo-se categoricamente a qualquer transição ao pluralismo.

3) O modelo mexicano de um partido hegemônico transformado em democrático. Pode parecer tolo pensar que os chavistas poderiam vir a aceitar pluralismo e democracia liberal de verdade. Ainda assim, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, que fi-

cou por muito tempo no poder, parece ter conseguido tal feito nos anos após a perda da presidência para o Partido Ação Nacional em 2000. A eleição de 2012 devolveu a presidência ao PRI. Apesar de suas falhas, o PRI parece ter abandonado suas aspirações hegemônicas e demonstrou disposição em se adaptar às regras de um jogo multipartidário. Depois da dura lição do golpe de 1948, a Ação Democrática da Venezuela passou por mudança similar, trocando as ambições hegemônicas de 1945 pela equilibrada abertura ao compartilhamento do poder em 1958 e nos anos seguintes.

4) O modelo nicaraguense de um partido hegemônico inconformado em dividir o poder. Mas então há o caso geográfica e ideologicamente mais próximo da Nicarágua, que nos faz parar para pensar. Lá, os esquerdistas radicais do movimento sandinista combinam uma aceitação tática da necessidade de jogar o jogo pluralista com uma visão estratégica focada na hegemonia e no controle exclusivo do poder. Acostumada ao exercício quase-monopolista do poder — e com expectativas de impor um modelo hegemônico duradouro —, a atual coalizão governista da Venezuela pode temporariamente aceitar, com má vontade e pouca convicção democrática, as regras e resultados da pluralização. Entretanto, pode muito bem se manter à espreita de oportunidades de retornar para uma abordagem hegemônica, como ocorreu na Nicarágua sob Daniel Ortega e sua Frente Sandinista. Entre aqueles países latino-americanos que Steven Levitsky e Lucan Way identificaram como regimes autoritários competitivos, que se tornaram democráticos (a República Dominicana, o México, a Nicarágua e o Peru), apenas a Nicarágua regrediu para uma forma de autoritarismo híbrido.

Aspirantes à hegemonia prosperam se têm o apoio público e se outros *stakeholders* políticos e potenciais instituições de contrapeso são fracos ou desatentos. Na Venezuela, as forças da democracia fizeram progresso considerável, mas as instituições do país estão em frangalhos: politizadas, frágeis, e em tal estado de desordem, algo que põem em perigo sua reconstrução e pluralização no curto pra-

zo. Reconstruí-las será, na melhor das hipóteses, um projeto de longo prazo. Enquanto isso — o que pode levar bastante tempo —, aqueles que não conseguem imaginar nenhum outro caminho político que não o exercício monopolístico do poder estarão tentados a transformar esse sonho em um pesadelo ambulante para um país já profundamente problemático. Ainda assim, em contraste com a Nicarágua, as quatro décadas anteriores de governo democrático da Venezuela, combinadas com a intensa “experiência de aprendizagem” que os catorze anos de declínio democrático impostos, podem fornecer uma base mais firme para impedir uma regressão antidemocrática.

NOTAS

1. Esses termos vêm de, respectivamente: Schedler, Andreas (ed.). *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition*. Boulder, Colorado (EUA): Lynne Rienner, 2006; e Levitsky, Steven Lucan. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War*. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2010.

2. Para a combinação de influências ideológicas de Chávez e do chavismo, ver Muñoz, Agustín Blanco. *Habla el comandante*. Caracas: Fundación Catedral Pío Tamayo, 1998; Marcano, Cristina & Barrera, Alberto. *Hugo Chávez sin uniforme: Una historia personal*. México: Debate, 2005; e Krauze, Enrique. *El poder y el delirio*. Caracas: Editorial Alfa, 2008.

3. A interação dessas características é descrita em Corrales, Javier & Penfold, Michael. “Venezuela: Crowding Out the Opposition”. *Journal of Democracy*, n. 18, abril de 2007, pp. 99-113, bem como no livro dos mesmos autores *Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.

4. Levitsky & Way. *Competitive Authoritarianism*, op. cit., pp. 9-12.

5. Greene, Kenneth F. *Why Dominant Parties Lose: Mexico’s Democratization in Comparative Perspective*. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2007.

6. Ver Lindberg, Staffan I. *Democracy and Elections in Africa*. Baltimore, Maryland (EUA): Johns Hopkins University Press, 2006; e Lindberg, Staffan I. (ed.).

Democratization by Elections: A New Mode of Transition. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 2009.

7. McCoy, Jennifer & Hartlyn, Jonathan. “The Relative Powerlessness of Elections in Latin America”. In: Lindberg, *Democratization by Elections*, op. cit., pp. 47-76.

8. Kornblith, Miriam. “Venezuela: Calidad de las elecciones y calidad de la democracia”. *América Latina Hoy*, n. 45, 2007, pp. 109-124; e Levine, Daniel & Molina, José Enrique. “Calidad de la Democracia en Venezuela”. *América Latina Hoy*, n. 62, 2012, pp. 157-75.

9. Ver, por exemplo, o relatório 2012-2013 do “Rule of Law Index” [Índice de Estado de Direito] compilado pelo World Justice Project, disponível em www.worldjusticeproject.org.

10. O índice da fundação Konrad Adenauer e da Polilat está disponível em www.idd-lat.org.

11. Organização dos Estados Americanos [OEA]. *Inter-American Commission on Human Rights 2012 Annual Report*. Washington, D.C.: OEA, 2013.

12. Alguns dias após a eleição especial, o ministro da Habitação e do Habitat Ricardo Molina disse à sua equipe: “Não me importa o que dizem as leis trabalhistas [...] Não aceito que ninguém venha aqui falar mal da revolução ou criticar Nicolás [Maduro]. [...] Qualquer um que queira ser um ativista para o Voluntad Popular [partido de oposição] deveria pedir demissão, porque se não pedir, irei pessoalmente removê-lo.” *El Nacional*, Caracas, 22 de abril de 2013.

13. Sobre as condições envolvendo a eleição presidencial de outubro de 2012, ver Carter Center. *Study Mission to the October 7, 2012, Presidential Election in Venezuela: Final Report*. Atlanta, Geórgia (EUA): Carter Center, 2012.

14. No começo de maio de 2013, Capriles entrou com uma ação perante a Câmara Eleitoral da Suprema Corte solicitando a anulação de todo o processo eleitoral. A plataforma da oposição entrou com uma ação solicitando a anulação dos resultados e uma nova votação envolvendo mais de dois milhões de eleitores em mais de 5.700 distritos eleitorais.

15. Ramón Guillermo Avelo, o secretário executivo da MUD, afirmou em uma entrevista que sua coalizão se inspirou na aliança multipartidária pró-democracia do

Chile, a Concertación de Partidos por la Democracia [Concertação de Partidos pela Democracia]. Aveledo, Ramón Guillermo. “Nuestro modelo ha sido la concertación chilena”. *El País Internacional*, Madri, 30 de setembro de 2012.

16. Vega, José E. Molina. “La reforma informal del sistema electoral venezolano: De la representación proporcional al sistema mayoritario sin alterar una coma”. In: Fontaine, Arturo et al. (ed.). *Reforma del sistema electoral chileno*. Santiago do Chile: UNDP, 2009, pp. 139-64.

17. Ver Civilis. “Análisis comparativo de la constitución de 1999, la propuesta de reforma constitucional no aprobada de 2007, y las leyes del estado comunal aprobadas entre 2008-2012”. Disponível em <http://civilisac.wordpress.com>; e Maya, Margarita López. *Democracia participativa en Venezuela (1999-2010): Orígenes, leyes, percepciones y desafíos*. Caracas: Centro Gumilla – UCAB, 2011.

18. Hidalgo, Manuel. “Hugo Chávez’s ‘Petro-Socialism’”. *Journal of Democracy*, n. 20, abril de 2009, pp. 78-92.

19. Uma fonte de conflito é a tensão entre Maduro e o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello. Forte evidência dessa tensão foi fornecida pela divulgação, em 20 de maio de 2013, da gravação de uma conversa privada entre Mario Silva, um apresentador de televisão proeminente e chavista radical, e um agente cubano do G2 (serviço secreto de Cuba) destacado na Venezuela. O diálogo destacava a alegada hostilidade de Cabello em relação a Maduro, e expunha uma vasta rede de corrupção e a massiva má gestão de recursos públicos envolvendo Cabello e outros membros proeminentes, civis e militares, da elite chavista. A gravação pintava um cenário terrível dos bastidores do chavismo. Uma transcrição está disponível em www.noticiascliv.com/images/2013Mayo/TRANS CRIPCION.pdf.

20. Corrales, Javier & Hidalgo, Manuel. “El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013)”. Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association, Washington, D.C., 29 de maio-1º de junho de 2013.

21. O Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (Observatório Venezuelano de Conflito Social] relatou a ocorrência de um número crescente de conflitos durante 2013: 274 em janeiro, 297 em fevereiro, 403 em abril, 317 em maio. As principais áreas de conflito são direitos trabalhistas, habitação, prisões, segurança pública, direitos políticos, acesso à justiça e educação. Ver www.observatoriodeconflictos.org.ve.

22. A presença cubana na Venezuela começou já em 1998, o ano em que Chávez concorreu pela primeira vez à presidência. Essa presença se intensificou ainda mais pelo lançamento, em 2003, de massivos programas sociais que trouxeram milhares de médicos, paramédicos, treinadores esportivos e professores cubanos à Venezuela. Depois de abraçar plenamente o socialismo em 2005, Chávez promoveu uma aliança ainda mais estreita com Cuba em áreas como as forças armadas, comunicações, inteligência e serviço secreto, além de uma ampla variedade de acordos econômicos e relacionados ao petróleo. Desde 2007, militares cubanos atuam como conselheiros e implementadores nas forças armadas venezuelanas, e oficiais venezuelanos viajam regularmente à ilha para receber treinamento e educação militar avançada. Algo entre 200 e 300 tropas cubanas estão destacadas no Forte Tiuna em Caracas, com a tarefa de fornecer aconselhamento e apoio para várias atividades militares e de inteligência. Ver Olivares, Francisco. “Cubanos en Venezuela”. *El Universal*, Caracas, 5 de maio de 2013.

23. Aveledo fez esse comentário na entrevista citada na nota 15 acima.

24. Esse comentário aparece na página 10 da transcrição citada na nota 19 acima.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>